



Parecer : Recomendações do CC Sul, Reflexões sobre os trabalhos a empreender no âmbito da prefiguração do Plano de Gestão para as Águas Ocidentais Austrais

O objectivo do presente documento é apresentar as reflexões e recomendações do CC Sul relativamente aos trabalhos organizados pela Comissão Europeia e o CSTEP, no que respeita ao plano plurianual para as Águas Ocidentais do Sul. O CC Sul recorda que tenciona contribuir de modo activo para a prefiguração de um plano plurianual para as espécies bentónicas e demersais.

1. Pontos/objectivos essenciais dos planos plurianuais para o CC Sul

Para o CC Sul, as principais questões colocadas por esta nova ferramenta, são o facto de um plano plurianual permitir dissipar as dúvidas e impedir os factores a curto prazo de estarem constantemente a influenciar a tomada de decisões. A visibilidade e, se possível, a estabilidade a longo prazo fazem desta ferramenta um ponto forte para todas as partes envolvidas. Para além disso, esta ferramenta deve proporcionar o alcance dos objectivos biológicos e ambientais da PCP bem como um melhor acompanhamento da obrigação de desembarque. A garantia a longo prazo das possibilidades de pesca é o principal objectivo dos profissionais.

Os seguintes pontos devem ser levados em conta para o plano plurianual (PP ou MAP, “multiannual plan”). O plano plurianual das águas ocidentais austrais (PP SWW ou SWW MAP) deve restabelecer as unidades populacionais de peixes capturados "alcançando taxas de exploração de rendimento máximo sustentável que irá restaurar e manter as populações das espécies exploradas acima de níveis que possam gerar o rendimento máximo sustentável"(art. 2.2 da PCP). O plano deverá também assegurar que todas as unidades populacionais exploradas são geridas em conformidade com os objectivos da PCP incluindo a tomada de decisões de conservação se o estado dos stocks esta aleijado dos objectivos fixados pelo plano.

Para as ONGs do CC SUL, a realização dos pontos precedentes passa pela fixação de taxas de exploração abaixo da FMSY para cumprir com os objectivos da PCP e do Acordo das Nações Unidas sobre as Unidades Populacionais de Peixes.

O SWW PP deve atingir o objectivo da PCP relativa à abordagem ecossistémica da gestão das pescas (limitação dos impactos negativos...) e contribuir para alcançar um bom estado ambiental no âmbito da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha.

2. Receios relativos aos trabalhos em curso

Um plano demasiado geral seria decepcionante

CC Sul tem algumas dúvidas em relação ao trabalho em curso nas outras regiões. Na verdade, o plano Báltico é muito geral e não parece cumprir com os objectivos da PCP, bem como os



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

objectivos de previsibilidade e estabilidade. A gestão dos stocks com intervalos de mortalidade será sempre objecto de negociações políticas que nem sempre poderão garantir esses objectivos. Nenhuma decisão explícita poderá ser tomada relativamente aos stocks de peixes transzonais, não podendo o perímetro dos planos de gestão a longo prazo conformar-se totalmente ao esboço de definição dos stocks. Por esse motivo, torna-se importante levar em consideração os vínculos necessários para a formalização das medidas destinadas a um mesmo stock em dois planos de gestão distintos.

Abordagem científica não suficientemente global

A abordagem actualmente proposta não é suficientemente global. De facto, segundo a PCP, um plano plurianual deve basear-se em pareceres científicos, técnicos e económicos bem como referir objectivos. Para além disso, o impacto económico e social provável das medidas a incluir nos planos plurianuais deve ser levado em consideração antes da integração das mesmas (Artigo 9 PCP). Apesar de requerido nos termos de referência e realizado aquando dos grupos de trabalho do CSTEP, o aspecto socioeconómico pode e deve ser analisado mais profundamente. Nesse sentido, um estudo focado no recurso acaba por ser redutor, pelo que convém também levar em consideração a viabilidade económica e social. Os cenários actualmente contemplados pelo CSTEP são satisfatórios, na única óptica de alcance dos objectivos políticos relativos ao recurso.

Também as análises carecem de informação no que respeita aos objectivos de selectividade. Teria sido preferível integrar esses objectivos no plano plurianual e não no documento de revisão das medidas técnicas como parece ter sido o caso. Essa situação poderá levar a uma certa incoerência na hora da tomada das decisões. É importante, ainda, levar em consideração que os valores de MSY para os stocks vão evoluir, na sequência da obrigação de desembarque, alterando assim o diagrama de exploração. Por esse motivo, essas questões deveriam ser contempladas, com vista a uma maior clareza e objectividade na hora da tomada das decisões

Por fim, stocks DLS são procurados por determinadas frotas, orientando assim fortemente a gestão nalgumas regiões (Golfo da Biscaia e costa Portuguesa, nomeadamente). Serão necessários esforços adicionais para se desenvolverem medidas destinadas aos stocks «data limited stock». A falta de conhecimentos científicos não deveria restringir a gestão desses stocks, devendo o plano plurianual permitir a definição de regras de gestão adequadas. Para melhorar a gestão destas unidades populacionais, a situação dos dados para estas populações, portanto, precisa de ser melhorada para permitir a realização de Artigo 2.2 da PCP que exige que todas as espécies capturadas alcancem níveis de biomassa acima daqueles capazes de produzir o MSY .

Dificuldade de inclusão da implementação da obrigação de desembarque

A inclusão da implementação da obrigação de desembarque dará azo à passagem de uma gestão dos desembarques para uma gestão das capturas. Por isso, este aspecto não deve ser considerado somente em termos de obrigação de desembarque mas sim e principalmente, em termos de consequências para a gestão. Os planos plurianuais devem substituir os planos de rejeições, pelo





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

que devem incluir todos os elementos que estes contêm (isenção), alargando o leque das medidas possíveis.

Sendo as espécies pelágicas, capturas acessórias das pescarias demersais, o impacto das actividades na gestão dos stocks pelágicos deverá ser integrado, apesar de representar uma taxa de mortalidade baixa.

Não melhoramento da variabilidade das possibilidades de pesca com a utilização exclusiva dos intervalos de mortalidade

A flexibilidade permitida pelos intervalos de mortalidade pode conduzir a uma grande variabilidade das possibilidades de pesca. A avaliação do impacto da gestão dos stocks com o auxílio dessa única ferramenta não é aceitável. Considerar como objectivo principal o alcance do RMD é necessário, não sendo, contudo, suficiente. É pouco provável um modelo multi-específico generalizado que leve em consideração a dinâmica dos stocks e das frotas ser actualmente possível. No entanto, alguns conjuntos de espécies poderiam ser considerados (composição de capturas como as interacções pescada/lagostim ou pescada/linguado...). A dinâmica dos stocks pode ser influenciada por factores que podem afectar a evolução da biomassa e/ou a pressão de pesca suportável: pico de recrutamento que é necessário integrar nas regras de fixação de TAC.

3. Recomendações relativas aos trabalhos futuros

CCs estreitamente associados aos trabalhos científicos e institucionais

Para que uma reflexão global e enriquecedora seja desenvolvida, as partes envolvidas interessadas devem ter um maior envolvimento nos processos. Os Artigos 3 e 6 da PCP indicam que a participação dos conselhos consultivos através de consultas ou recomendações deve existir desde a concepção até à aplicação das medidas.

Visibilidade/estabilidade

O objectivo das partes envolvidas é melhorar a visibilidade em termos de fixação das possibilidades de pesca, levando, se possível à estabilidade das mesmas. É importante iniciar desde já e levar em consideração reflexões sobre as medidas destinadas a complementar os intervalos de mortalidade. Na ausência de tais medidas (regra de exploração, medidas de salvaguarda económica e/ou social, medidas de limitação da variação das possibilidades de pesca...), é provável que o ganho aguardado em termos de visibilidade das possibilidades de pesca seja menor ou inexistente. São necessárias outras avaliações, diferentes das da gestão mediante os intervalos de mortalidade bem como a integração de regras de exploração nos estudos de impactos dos cenários.

Os trabalhos levados a cabo deverão converter ao máximo as opções testadas e respectivas consequências em termos de possibilidades de pesca.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Necessidade de uma abordagem científica global para um plano plurianual potencialmente mais estruturante

É lamentável segmentar os trabalhos científicos somente em função da finalidade regulamentar. É primordial proceder-se a um balanço dos dados existentes. É necessário haver coerência científica nos trabalhos, de modo a que todos os objectivos sejam estudados e analisados. A primeira proposta da Comissão de plano Báltico não é satisfatória, devido aos objectivos anteriormente apresentados. Os trabalhos deveriam estudar as interacções técnicas entre pescarias, interacções entre stocks, através das composições de capturas, avaliar o impacto de diferentes cenários (diferentes dos previstos pelo CSTEP durante os Grupos de Trabalho para o Mar do Norte et as aguas occidentais austrais) nas possibilidades de pesca e levar em conta considerações económicas e sociais tais como as capacidades das pescarias a absorver os choques gerados pelos diferentes cenários. Isto pressuporia reforçar fortemente a qualidade global dos dados, para possibilitar a utilização de novos modelos de viabilidade económica e social ou de modelos mais eficientes.

Abordagem multi-específica para ser prosseguida

A abordagem multi-específica proposta nos cenários através de uma reconciliação da mortalidade por pesca de diferentes populações deve ser prosseguida de modo a ser otimizada. Uma gestão conjunta dos stocks deverá permitir uma implementação mais fácil da obrigação de desembarque para as pescarias mistas. Este mecanismo poderia, contudo, ser analisado, sem que fosse aplicada a mesma redução da mortalidade a todas as pescarias, mas sim uma redução em função das interacções técnicas.